

As recentes substituições dos ministros da Fazenda e do Planejamento trazem à baila a pergunta angustiada de todos os agentes econômicos: agora vai dar certo? Numa previsão contingente, alinham-se a seguir alguns tópicos necessários para viabilizar a possibilidade de sucesso.

Os desequilíbrios da economia brasileira têm muitas vertentes, mas ressalta de forma inquestionável a dimensão do setor público, a intervenção do Estado no domínio econômico e, como resultante, o elevado déficit do Governo. Este, ao ser financiado pela emissão de moeda, criação de tributos e endividamento, gera distorções adicionais que serão abordadas adiante.

A esta distorção inicial alinham-se outras, tais como: a) gatilho salarial; b) descompasso no câmbio; c) subsídios generalizados; d) falta de autonomia do Banco Central; e e) confusão institucional entre contas monetárias e fiscais. A lista não é exaustiva!

As diretrizes ideológicas do partido político majoritário são altamente meritórias, mas incompatíveis, no curto prazo, com a realidade. Pretende-se, simultaneamente, combater a inflação, aumentar o nível de emprego, melhorar o salário real, reajustar lentamente o câmbio, reequilibrar o balanço de pagamentos, baixar a taxa real de juros, aumentar a poupança doméstica, aprimorar a distribuição pessoal e regional de renda, além de fortalecer Estados e Municípios. Reserva-se ao economista que conseguir, a curto prazo, tal façanha o Prêmio Nobel de Economia... e de Química. Vale relemburar, de passagem, as palavras de Lionell Robbins: "A economia é a ciência que estuda os usos alternativos de recursos escassos..."

Alguns definem a política como a arte do possível. É necessário, pois, alinhar os objetivos prioritários e definir os

# Política versus economia

meios de atingi-los. Aí começam os conflitos explícitos entre a política e a economia.

Um programa de estabilização de curto prazo passa pela prioridade cronológica ao combate à inflação. E para tanto é necessário, de imediato, estancar a pressão de demanda proveniente do déficit consolidado do setor público. Isto significa fechar, fundir e privatizar empresas, cortar subsídios e reduzir o custeio público em todos os níveis. Haveria mesmo de se contemplar a redução do quadro de pessoal nos três níveis de Governo. É imprescindível, pois, que o partido majoritário aprove tal diretriz e apoie sua execução.

É grande a tentação de se combater a inflação pelos sintomas e não pelas causas. As práticas de congelamentos generalizados ou tabelamentos parciais de preços são tentativas populistas de mascarar a inflação sempre fadadas ao insucesso. É preciso, pois, estarem os partidos atentos para refutar tais soluções fáceis, rápidas... e equivocadas. É admissível, sim, congelamento geral por curto período, para reverter expectativas inflacionárias. Isso ao mesmo tempo em que se aplicam as terapêuticas usuais das políticas monetária e fiscal; em particular a **drástica redução do déficit público**. Podem-se, assim, encurtar os prazos e minorar as dores do ajustamento.

A volta da inflação galopante e o "gatilho salarial", num regime de indexação generalizada, perenizam a espiral preços-salários e aprofundam o desemprego pela rotatividade da mão-de-obra. O mecanismo de reajuste salarial, de aparente ajuda à classe trabalhadora, de fato a penaliza pela aceleração inflacionária e redução do emprego. Na verdade, quanto mais curto o prazo de reajuste dos salários, maior a realimentação inflacionária e a consequente perda de renda real. Na Itália, os próprios trabalhadores clamaram pelo fim da escala móvel de salários. O ideário do partido majoritário aceitaria um política salarial que pusesse fim

ao "gatilho" e espaçasse os prazos de reajuste, enquanto se baixava efetivamente a taxa de inflação pela correta utilização das políticas monetária e fiscal?

As políticas cambial, de comércio exterior e da dívida externa transformaram-se, erroneamente, em caso de honra nacional. É preciso desvalorizar o cruzado para se retornar à competitividade externa, elaborar um programa econômico consistente e negociar com as agências financeiras internacionais e com os credores externos na busca do mais elevado interesse nacional, mas sem bravatas. Esta forma de atuar receberia o apoio do PMDB?

É indispensável incentivar a poupança doméstica, liberando-a tanto quanto possível dos grilhões governamentais. A poupança é função do nível de renda e também da taxa real de juros. Tabelamentos, administração dos juros **overnight**, expansões desmesuradas de moeda e linhas de crédito subsidiadas oferecem atrativos de curto prazo para os tomadores de recursos. Contudo, juros reais negativos geram desestímulo aos poupadores, acréscimo de consumo e formação de estoques especulativos. E, mais tarde, mais inflação e juros nominais e reais em elevação. O partido dominante aceita uma política monetária que mantenha juros reais positivos? Ou, ao contrário, aceitaria reduzir fortemente o déficit público para diminuir a disputa de poupanças entre governo e setor privado que agula as taxas de juros?

Os subsídios ao crédito e a produtos, que crescem com a própria subida da inflação, tornando seus beneficiários sócios dela, e que não constam do Orçamento da União, não podem persistir. É necessário que o Congresso Nacional liste os setores a serem agraciados com os subsídios, explicitando os montantes a serem transferidos e as fontes de fundos para financiá-los. O partido do Governo estaria disposto a aumentar impostos ou cortar despesas para custear a concessão de tais favores?

Não se gera espontaneamente, ou por puro acaso, períodos recessivos para combater a inflação. Ao contrário, a hiperinflação é que desorganiza as atividades produtivas e cria as condições sociais, políticas e econômicas que dão início ao processo recessivo. Os programas antiinflacionários já partem de uma situação de baixo emprego e, incidentalmente, podem aprofundá-lo por breve período até que as medidas corretivas surtam os efeitos positivos. Os políticos estão dispostos a arcar com os ônus deste eventual acidente de percurso?

No sistema brasileiro de finanças públicas, há um emaranhado de contas monetárias e fiscais e absoluta dependência do Banco Central ao Ministério da Fazenda. Diversos subsídios, como os do crédito rural, ficam **implícitos** nas relações entre Banco do Brasil e Banco Central e não constam do Orçamento da União.

O Executivo, pois, tem o direito adquirido de autorizar despesas muito além daquelas aprovadas pelo Legislativo. O Orçamento da União se transforma em peça de ficção contábil. As empresas estatais, por seu turno, manejam recursos muitas vezes superiores aos do orçamento fiscal e executam programas de investimento inteiramente desconhecidos pelo Legislativo. Estão os partidos dispostos a mudar este estado de coisas e permitir absoluta transparência nas contas públicas?

Na verdade, a política econômica necessária, neste momento, para o combate à inflação, crescimento sustentado e equilíbrio do balanço de pagamentos colide com a ideologia do partido dominante. Trocam-se os ministros, mas mantém-se a política econômica. Daí a persistente dicotomia entre o desejável e o possível!